

A Linguagem e o *Habitus* na Compreensão da Desigualdade: aproximações teóricas entre Wittgenstein e Bourdieu

Fabrcio Maciel¹

Resumo:

O objetivo deste artigo é aproximar a filosofia da linguagem de Wittgenstein com a sociologia do *habitus* de Bourdieu, a partir de algumas reflexões iniciadas por Charles Taylor. Para tanto, é importante situar Wittgenstein em sua herança kantiana, bem como na virada filosófica que seu pensamento constitui ao lado de Heidegger. O valor teórico desta aproximação reside no fato de que somente uma reflexão que consiga dar conta da linguagem que pré-reflexivamente se opera em nossos corpos, ao contrário do que pensava a tradição filosófica rompida por Wittgenstein, é capaz de captar a dimensão mais sutil de uma intersubjetividade geradora de desigualdades sociais.

Palavras-chave:

Linguagem, *habitus*, corpo, intersubjetividade.

Abstract:

This article approximates the Wittgenstein's philosophy of language with the Bourdieu's sociology of *habitus*, from some Charles Taylor's insights. This is important to situate Wittgenstein in his Kantian inheritance and in the philosophical reversal side by side Heidegger. A theory that understands the pre-reflexivity of language in human body is fundamental for the explanation of the social inequality.

Key-words:

Language, *habitus*, body, intersubjectivity.

¹ Sociólogo e mestre em Políticas Sociais pela UENF, pesquisador do CEPEDS – Centro de pesquisas em desigualdade, coordenado pelo Prof. Jessé Souza na UFJF (www.cepedes.ufjf.br), é autor do livro *O Brasil-nação como ideologia* (São Paulo: Annablume, 2007). macielfabrcio@gmail.com

A intersubjetividade é uma categoria analítica indispensável a quem deseja realizar uma sociologia compreensiva que contemple tanto a dimensão coletiva dos fenômenos sociais quanto seus impactos e reprodução nos indivíduos. Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2002) compreendeu esta relação dialógica como um processo de estruturação recíproca. A comunicação entre indivíduos, estruturas e instituições sociais, bem como entre os próprios indivíduos, não pode ser claramente entendida sem uma teoria social que se preocupe com os aspectos cognitivos e emocionais, bem como com as dimensões racional e não-racional da ação humana. Neste contexto, a linguagem é certamente um fenômeno central.

Neste artigo, pretendo ressaltar (1) como a filosofia da linguagem de Wittgenstein fornece elementos analíticos bastante eficazes para auxiliar na compreensão dos fenômenos sociais intersubjetivos. Para tanto, (2) é importante observar o contexto intelectual em que se desenvolveu seu pensamento, paralelo a Heidegger, com quem guarda semelhanças e diferenças, em oposição ao intelectualismo cartesiano que atribuía a atos mentais desconectados de um pano de fundo social toda a explicação para o fenômeno da compreensão individual. Por fim, (3) será possível realizar a aproximação entre a filosofia da linguagem de Wittgenstein e a sociologia do *habitus* de Bourdieu enquanto explicações complementares para o fenômeno da intersubjetividade e conseqüentemente da desigualdade social. Mas antes, gostaria de ressaltar um pouco da influência kantiana na obra de Wittgenstein, considerando que foi Kant quem iniciou de fato uma virada filosófica em relação ao dualismo intelectualista tradicional.

Em um artigo onde buscou paralelos entre Wittgenstein e Heidegger, Charles Taylor (TAYLOR, 1995) destacou que estes filósofos foram fundamentais para a desconstrução de um quadro desprendido sustentado pela filosofia tradicional, em que os indivíduos trazem consigo interpretações apriorísticas da realidade sem nenhuma conexão com o mundo social. Para tanto, eles

trouxeram à tona um pano de fundo da prática social indispensável para que as operações intelectuais realizadas em nosso quadro interpretativo façam sentido.

Entretanto, para Taylor o pioneiro desta forma de pensamento é Kant. Sua dedução transcendental solapa o pensamento tradicional ao mostrar sua pressuposição de que cada impressão particular vai sendo assimilada como uma parcela de informação potencial. De modo que esta impressão pretende ser *de* alguma coisa, o que ressalta sua impossibilidade de uma desconexão com um pano de fundo social.

Deste modo, a dedução transcendental e os argumentos a ela relacionados na *Crítica da razão pura* são considerados por Taylor como um ponto de ruptura na filosofia moderna, considerando que pode ser vista como *a posteriori*, como a primeira tentativa de articular o pano de fundo que o próprio quadro desengajado moderno requer para que as operações que descreve sejam inteligíveis. É assim que Kant abala as estruturas do atomismo da epistemologia moderna. Para Taylor, Wittgenstein e Heidegger seguem o mesmo trajeto.

Wittgenstein e Heidegger

Em artigo intitulado *Lichtung ou Lebensform: paralelos entre Heidegger e Wittgenstein* (1995), Taylor considerou que ambos tiveram que lutar para resgatar uma compreensão do agente como engajado, mergulhado numa cultura e numa forma de vida, ou seja, num “mundo” de envolvimento, para compreender o agente como agente corporificado. Engajamento aqui significa como o mundo do agente é moldado por sua forma de vida, por sua história ou por sua existência corporal.

Ambos buscaram oposição às epistemologias cartesiana e empirista clássicas, que ofereceram as primeiras variantes de uma concepção que combina um atomismo em termos de

apreensão de dados a uma descrição computacional da função mental, o que resultou numa distinção entre a informação factual e o seu valor, significando que esta apreensão se encontra privada de sua relevância avaliativa, constituindo-se apenas como o registro do fato.

A concepção cartesiana baseia-se no procedimento, o que significa que a razão não seria uma faculdade que nos conecta com uma ordem de coisas do universo que possa ser considerado por si só racional. Ela é antes a faculdade mediante a qual pensamos adequadamente. Em seu emprego teórico, a razão serve para construir um quadro do mundo. Segundo Taylor, o passo fatídico não foi nem tanto a formulação desta razão, mas a sua ontologização, ou seja, uma leitura do método ideal como parte da própria constituição da mente. Essa reificação confere ao modelo da mente todo o prestígio e inabalável força dos procedimentos da razão no imaginário de nossa civilização.

Diante deste contexto dualista, que autonomiza a mente em relação ao corpo, e mecanicista, que reduz o pensamento à lógica computacional, Taylor considera que apenas argumentos filosóficos fortemente elaborados podem convencer as pessoas a pensar de outro modo acerca destas questões aparentemente óbvias. Neste sentido, ele considera fundamentais as obras de Heidegger e Wittgenstein, devido a seus argumentos em favor do agente humano como finito e engajado, liberto do racionalismo e conectado a um pano de fundo social que lhes atribui sentido, além de meramente condicionar suas ações.

Nesta perspectiva a forma do agente, ou seja, sua corporificação, está para a sua experiência como um contexto que confere credibilidade. Isto significa que quando julgamos certa experiência inteligível, estamos atentando, explícita e expressamente, para ela. O contexto constitui assim o horizonte inexplicitado no âmbito do qual essa experiência pode ser entendida. De modo que o pano de fundo trata daquilo que não só não percebemos, mas que não percebemos explícita e focalmente por que esse *status* de percebido já é ocupado por aquilo que ele está tornando inteligível.

Taylor ressalta ainda que a noção heideggeriana de pré-compreensão, ou de uma compreensão pré-tematizada de mundo, remete-nos a este pano de fundo significativo. Wittgenstein apresenta uma compreensão semelhante quando mostra o que se tinha de supor já compreendido ao se tentar definir algo ostensivamente ou dar-lhe um nome. A definição ostensiva que ele ataca é equivocada por apenas remeter as coisas a um nome sem remetê-las ao pano de fundo contextual que lhes atribui sentido, assim como uma palavra não pode ser compreendida fora do contexto de uma frase, devido a sua possibilidade de apresentar vários significados quando aparece sozinha. Somente o contexto preliminar, no qual o agente precisa estar minimamente introduzido, pode gerar a precisão do significado de uma palavra ou, num plano mais extenso, de uma ação social.

Em *Ser e Tempo*, Heidegger segue o pioneirismo kantiano quando afirma que as coisas se desvelam de início como parte do mundo, ou seja, como os correlatos do envolvimento influenciado e no interior de uma totalidade de tais envoltimentos. Ele alega que o comportamento diante das coisas descrito na visão desprendida requer ser situado, para ser inteligível, no âmbito de uma atitude de fechamento e continuidade diante do mundo que é antitética a ele, o que mostra que esse comportamento não pode ser original nem fundamental.

Taylor mostra também que Wittgenstein faz por um atomismo do sentido o que Kant fizera pelo atomismo do *input* da informação, revendo a idéia de que uma palavra pode receber sentido em alguma cerimônia de nomeação ou que seu sentido lhe pode ser atribuído quando se aponta o objeto que ela nomeia. Neste contexto, ambos constroem um relato do agente engajado em oposição ao quadro desprendido através de um contexto de inteligibilidade do conhecimento, do pensamento e do significado. Heidegger fala de “finitude” em seu relato do ser humano (*Dasein*), enquanto Wittgenstein situa os significados de nossas palavras no contexto de nossa forma de vida (*Lebensform*). Ademais, ambos revelam facetas não-monológicas do agir humano. Heidegger o faz quando confere primazia ao *das Man* (a multidão), enquanto que Wittgenstein o faz ao valorizar a

maneira como uma palavra adquire seu sentido antes nas transações entre as pessoas do que numa apreensão contemplativa de uma experiência anterior. É assim que em ambos a linguagem engajada no mundo surge como o elemento primeiro e primordial de uma comunidade.

Por fim, Taylor identifica algo que parece ser uma divergência entre ambos. Para ele, Heidegger vincula o impulso antimonológico a um ataque ao subjetivismo ou ao humanismo, doutrinas estas que tentam entender a percepção e o pensamento como forças ou propriedades do sujeito humano. Seu desejo de evitá-los é coerente com sua preocupação central com a *Lichtung* (o trazer-à-luz). De modo que o que ele busca com esse termo, e com alguns usos de “ser”, é a possibilidade de um desvelamento em que as coisas aparecem, são vivenciadas e conhecidas.

Por outro lado, o enigmático pensamento de Wittgenstein parece se aproximar de um humanismo contrário ao anti-humanismo de Heidegger. O termo último a que o significado nos conduz é o de *Lebensform*, o que parece oferecer a perspectiva de um relato do modo humano de vida capaz de superar as ilusões da concepção desprendida, ajudando-nos a ver com mais clareza as distorções que nossas práticas e instituições hegemônicas nos impuseram. Taylor assim chega a enxergar na filosofia de Wittgenstein a possibilidade do fundamento de um novo humanismo.

Guardadas as devidas diferenças, o mais importante para os objetivos deste texto é ressaltar como esta filosofia da linguagem é importante no sentido de romper com um naturalismo dualista e mecanicista que atribui à capacidade racional dos indivíduos toda a explicação para suas ações individuais, de modo que aparecem desconectados de seu contexto social e trajetória de vida, bem como de seus sentimentos e impulsos pré-reflexivos, pertencentes ao corpo descartado por uma visão intelectualista que dominou tanto a academia quanto o senso comum. Para complementar a desconstrução deste raciocínio, a sociologia do *habitus* de Bourdieu é fundamental, uma vez que traz o corpo para o debate.

Wittgenstein e a sociologia do *habitus* de Bourdieu

Em instigante artigo intitulado *Seguir uma regra* (1995), Charles Taylor pondera a complexidade da compreensão de regras e convenções humanas. Ele recorre a Wittgenstein para mostrar que um sujeito não só não tem como não pode ter consciência de toda uma gama de questões que têm influência direta sobre a correta aplicação de uma regra social. Isto é compreensível quando Wittgenstein demonstra as possibilidades de uma compreensão errônea, como no caso de um forasteiro que, desconhecendo a maneira como fazemos as coisas, poderia entender erroneamente o que para nós parecem instruções muito claras e simples, como no emblemático exemplo de seguir a orientação de setas. Aqui, a explicação intelectualista diria que deve haver algum lugar em nossa mente que contenha uma premissa estabelecida acerca de como seguir setas.

Em contrapartida, Wittgenstein mostrou que isto constitui uma dificuldade insuperável, pois o número de compreensões errôneas potenciais é interminável. Há um número indefinido de pontos nos quais, para dada explicação de uma regra, alguém poderia ainda assim entender errado, como no caso do forasteiro diante da injunção de seguir as setas. Se para entender instruções ou saber como seguir uma regra tivermos que saber que todas as leituras desviantes são desviantes, e se isso significar que temos de já ter formulado pensamentos a esse respeito, então precisaremos de um número infinito de pensamentos na cabeça mesmo para seguir a mais simples das instruções.

Isto serve para ilustrar a busca intelectualista obsessiva por uma explicação cabal para tudo, onde explicações auto-explicativas e auto-homologatórias constituem fundações seguras para o pensamento racional. O argumento de Wittgenstein solapa radicalmente qualquer fundacionismo deste gênero. Ele nos possibilita enxergar que a compreensão ocorre sempre contra um pano de fundo daquilo que é tido por certo, ao mesmo tempo em que o pano de fundo não é o lócus de

questões resolvidas. Quando a compreensão errônea advém de uma diferença de pano de fundo, o que precisa ser dito para esclarecer a questão articula parte do pano de fundo explicador que pode nunca ter sido articulada antes (TAYLOR:1995).

Wittgenstein acentua a natureza inarticulada e em alguns pontos até mesmo inarticulável dessa compreensão quando diz que ‘obedecer a uma regra é uma prática’. E também quando diz que quando alguém obedece a uma regra não faz uma escolha, mas simplesmente obedece cegamente. Em resumo, seguir regras é uma prática social.

É neste ponto que gostaria de recuperar a aproximação feita por Taylor entre Wittgenstein e Bourdieu. Seu objetivo é desconstruir um imaginário monológico que se construiu no ocidente principalmente com o racionalismo cartesiano e o sujeito desprendido de Locke. Nesta perspectiva, o corpo e as outras pessoas até existem, mas toda a apreensão de nosso Eu é realizada em nosso interior, enquanto centro de consciência monológica. O individualismo metodológico e a teoria das escolhas racionais são exemplos emblemáticos dessa visão desencarnada dos indivíduos modernos.

A contribuição de Wittgenstein está exatamente em auxiliar no resgate apropriado do corpo e do outro. Faz isso por ver o agente não primariamente como o *locus* de representações, mas como agente engajado em práticas, ou seja, como um ser que age num mundo e sobre um mundo (TAYLOR:1995b). Assim ele mostra que, em vez do *locus* primário da compreensão, as representações são apenas ilhas no mar de nossa apreensão prática não formulada do mundo.

Deste modo, Taylor reúne elementos teóricos para conceber que o corpo não é apenas executante das metas concebidas pela mente, nem o mero *locus* de fatores causais que nos moldam as representações, mas que nossa compreensão mesma é corporificada, nosso sentido de nós mesmos, de nossa posição diante do outro. Tudo isso é corporificado. O próprio sentido que temos de nosso valor e importância é mostrado pela maneira como nos postamos. Este é um ponto fundamental para a compreensão das desigualdades e hierarquias sutilmente sustentadas por nós.

Neste aspecto, o conceito de *habitus* de Bourdieu é um dos termos-chave para Taylor, no sentido de oferecer um relato da compreensão do pano de fundo social das ações individuais. Como exemplo, ele ressalta que um deferente e um deferido representam sua distância social numa conversação, muitas vezes com elementos altamente ritualizados. Isto ilustra que uma característica muito importante da ação humana é o ritmo, a cadência. O domínio de um tipo de ação hábil faz-se acompanhar da capacidade de conferir aos gestos o ritmo adequado.

Isto auxilia na compreensão de como a linguagem serve para instaurar espaços de ação comum em vários níveis, tanto íntimos como públicos, o que significa que definimo-nos, em parte, em termos daquilo que aceitamos como nosso lugar apropriado no âmbito de ações dialógicas. Deste modo, Taylor busca mostrar as conexões entre a compreensão e a prática social. A compreensão corporificada existe em nós não apenas como agentes individuais, mas também como co-agentes de ações comuns. Este é, para ele, o sentido da afirmação de Wittgenstein de que obedecer a uma regra é uma prática. *Indiquei ainda que a pessoa segue a placa apenas na medida em que exista um uso regular de placas, um costume* (WITTGENSTEIN apud TAYLOR:1995b).

Isto significa para ele que o uso social existente estabelece uma conexão, e não deve ser entendido como de cunho meramente causal, pois ele dá à resposta sentido, e não estabelece simplesmente um vínculo causal bruto. O sentido é corporificado e não representado, de modo que é a prática social que confere às ações individuais o seu significado.

Neste contexto, definimos uma regra por meio de uma representação dessa regra. Formulá-la é nesse caso criar uma representação. O mais provável para Taylor é que vejamos a regra-enquanto-representada como definitiva de uma estrutura subjacente, ou seja, concebemos isso como o que é na verdade causalmente operativo, pelas costas dos agentes, no sentido de não precisarem formular suas representações acerca de suas ações para poderem praticá-las.

Bourdieu, por outro lado, alega que ocorre uma importante distorção quando vemos a regra-como-representada enquanto fator efetivo. Isto deriva do fato de tomarmos um sentido situado, corporificado, e dar dele uma descrição expressa. Aquilo que no papel é um conjunto de trocas ditadas é na prática algo vivido em suspense e incerteza, contingencialmente. Isso ocorre devido ao tempo assimétrico da ação e também por causa daquilo que está envolvido no agir efetivamente a partir de uma regra, pois esta não se aplica a si mesma, tendo de ser aplicada, o que pode envolver dificuldades e juízos que requerem uma fina sintonia.

Taylor ressalta ainda que a simples capacidade de formular regras não é suficiente. A pessoa dotada de uma real sabedoria prática é menos marcada pela capacidade de formular regras do que pela de saber como agir em cada situação particular. Há uma espécie de “hiato fonético” entre a fórmula e sua aplicação, aspecto este que também é negligenciado por explicações que dão primazia à regra-como-representada. A prática é, portanto, uma interpretação e reinterpretação contínuas do que a regra de fato significa: a regra reside essencialmente na prática.

É deste modo que uma comunicação sutil, através de uma linguagem que é pré-reflexivamente disposta nos corpos, codifica e reproduz as mais profundas diferenças de prestígio e posição social entre os indivíduos. Para Taylor, essa é uma das maneiras pelas quais as regras podem existir em nossa vida, ou seja, como valores feitos carne.

Também as regras formuladas se relacionam ao habitus. Os dois tipos de regras combinam-se e complementam-se. Bourdieu fala também do habitus e das instituições como duas modalidades de objetificação da história. As instituições são, neste sentido, o lócus de regras ou normas expressas. No entanto, as regras não são auto-interpretantes, pois precisam ser incorporadas por nós. As regras operam em nossa vida como padrões de razões para a ação, em vez de simplesmente constituírem regularidades causais. Em suma, as regras expressas só podem funcionar em nossa vida ao lado de um sentido inarticulado codificado no corpo. É esse habitus que ativa as regras.

Deste modo, Taylor salienta que Bourdieu começou a fazer pelas ciências sociais algo semelhante ao que Wittgenstein fez pela filosofia moderna. Ambos trouxeram o corpo e a intersubjetividade para o debate, ponderando que não há uma separação dualista entre mente e corpo, em que este último é apenas um mecanismo reprodutor de nossas decisões racionais, como sustentou a tradição intelectualista. Pelo contrário, o corpo é depósito de aprendizado pré-reflexivo, e exatamente por isso tão sutil na codificação e reprodução de valores, símbolos e comportamentos sociais. Deste modo, a desnaturalização do racionalismo se apresenta como um avanço prático fundamental diante das desigualdades sociais modernas.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *La distinción. Criterios y bases culturales del gusto*. México: Taurus, 2002.

HEIDEGGER. *Ser e tempo*. 1927. pp. 15-18, 33-35.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self. A construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. *Lichtung ou Lebensform: paralelos entre Heidegger e Wittgenstein*. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Seguir uma regra. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations I*. pp. 1-31, 143-184.